

Impasses contemporâneos dos cursos de licenciatura em Letras para a formação docente

Maria de Lourdes Ramos da Silva¹

Resumo: Investigam-se os impasses enfrentados pelos Cursos de Licenciatura em Letras no que tange à formação inicial de professores da segunda etapa do Ensino Fundamental e Ensino Médio, com base em entrevistas com professores formados em Instituições públicas e privadas. Os resultados revelam a existência de uma dicotomia acentuada entre a preparação pedagógica que é oferecida nos cursos de licenciatura e o estudo das disciplinas específicas do bacharelado em letras. Revelam ainda que não é ensinado aos futuros professores como fazer a transposição necessária entre o que aprendem nas disciplinas de licenciatura e nas disciplinas específicas do bacharelado com os conteúdos a serem ensinados no Ensino Fundamental e Médio. Assim, quando começam a lecionar, desconhecem as alternativas possíveis para ensinar os diversos conteúdos.

Palavras Chave: Formação de professores, Ensino Fundamental, Ensino Médio.

Abstract: Research of the impasses faced by Bachelor Degree in Literature regarding the initial training of teachers of the second stage of the Elementary and Secondary Education, based on interviews with teachers trained in public and private institutions. The results reveal the existence of a sharp dichotomy between pedagogical preparation that is offered in undergraduate programs and the study of specific disciplines of the bachelor's degree in letters. They also reveal that it is not taught to future teachers how to implement needed between what they learn in the disciplines of undergraduate and in specific disciplines of BA with the contents to be taught in elementary and high school. So when they start teaching, unaware of the possible alternatives to teach the various contents.

Keywords: Teacher education, elementary school, high school.

1. Repercussões das mudanças sociais contemporâneas na identidade docente

A LDB nº 9.394/96 determinou que a formação de educadores para atuar na Educação Básica deveria receber atenção primordial, já que a única forma de garantir a todos os alunos em idade escolar o acesso a uma escola de qualidade é contar com professores competentes e comprometidos com sua prática pedagógica.

Tal formação, entretanto, esbarra em inúmeros entraves, já que as mudanças sociais ocorridas nos vinte anos ocasionaram profundos impactos na identidade profissional docente, tais como: o aumento de exigências em relação às atividades desenvolvidas pelos professores; a inibição de outros agentes de socialização, como a família; o desenvolvimento de fontes de informação alternativas à escola; a ruptura do consenso social sobre o papel da escola e da educação; o aumento das contradições no exercício da docência; as mudanças de expectativas em relação ao sistema educativo; a menor valorização social do professor; as mudanças nos conteúdos escolares; a escassez de recursos materiais e condições de trabalho deficientes; a mudança nas relações professor e aluno e a fragmentação do trabalho do professor (Esteve, 1995).

Tais mudanças repercutiram de modo decisivo na atuação dos professores dos diferentes níveis de ensino que não estavam preparados para enfrentá-las, causando-lhes uma crise de identidade diferenciada, que se define como uma contradição entre o eu real (o que os professores conseguem ser efetivamente no cotidiano escolar) e o eu ideal (o que os professores queriam ser ou o que gostariam de ser).

Tal contradição tem provocado diversas manifestações entre os professores. Entre elas, podem citar-se as seguintes: sentimentos de insatisfação perante os problemas reais resultantes da prática de ensino em sala de aula; pedidos de

¹. Professora Livre-docente da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e Diretora da Faculdade de Ciências da FAC-FITO- Osasco mramos@usp.br, malu.ramos@fito.edu.br

transferência de escolas como forma alternativa de fugir dos problemas encontrados; desenvolvimento de esquemas de inibição como forma de boicotar o comprometimento com o trabalho a ser realizado em sala; desejo de abandonar a docência; absentismo laboral em consequência do acúmulo da tensão; esgotamento, como resultado da tensão acumulada; stress, ansiedade, depreciação do eu (autoculpabilização perante a incapacidade de obter sucesso no ensino), depressões e desestímulos constantes.

Com vistas a preparar os diversos docentes para enfrentar tais desajustes, é imprescindível que se incorporem novos modelos ao período de formação inicial e que se articulem novas estruturas de apoio aos professores já em exercício na docência, de modo que estes possam substituir as abordagens normativas (professor ideal) por abordagens descritivas (conjunto de condicionantes que influenciam as relações entre professores e alunos).

2. Histórico das propostas curriculares para os cursos de Letras

O curso de Licenciatura em Letras visa promover a formação superior de docentes que atuarão no ensino da língua portuguesa ou de uma língua estrangeira em classes do ensino fundamental ou médio.

Com tal objetivo, a proposta curricular atual do curso de licenciatura em Letras contempla, sobretudo, a construção do conhecimento nas áreas relacionadas à Linguística, Língua Portuguesa, Literatura, Educação e Pedagogia, sempre com base no ensino e aprendizagem de seus fundamentos teóricos e princípios básicos, assim como das técnicas, práticas e fazeres deles derivados.

Entretanto, a primeira proposta de um currículo mínimo para os cursos de Letras foi aprovada em 1962, por meio do então Conselho Federal de Educação, em decorrência do Parecer n° 283 de Valmir Chagas. Esse currículo compreendia 8 (oito) disciplinas, além das disciplinas pedagógicas fixadas em Resolução Especial.

De acordo com o referido Parecer, deveriam constar do currículo mínimo as seguintes disciplinas: Língua Portuguesa, Literatura Portuguesa, Literatura Brasileira, Língua Latina e Linguística. Além destas disciplinas, deveriam ser escolhidas mais três entre as seguintes: Cultura Brasileira, Teoria da Literatura, uma Língua estrangeira moderna, uma Literatura correspondente à língua escolhida na opção anterior, Literatura Latina, Filologia Românica, Língua Grega e Literatura Grega.

A formação pedagógica só foi contemplada sete anos mais tarde, com a Resolução n° 9, de 10 de outubro de 1969, ao estabelecer que os currículos mínimos dos cursos que habilitavam ao exercício do magistério, em escolas de 2° grau, deveriam abranger as matérias de conteúdo fixadas em cada caso e as seguintes matérias pedagógicas: Psicologia da Educação (focalizando pelo menos os aspectos da Adolescência e Aprendizagem), Didática, Estrutura e Funcionamento de Ensino de 2° Grau.

Além dessas matérias, era obrigatória a Prática de Ensino daquelas matérias que fossem objeto de habilitação profissional, sob forma de estágio supervisionado a desenvolver-se em situação real, de preferência em escola da comunidade. Tal formação pedagógica deveria ser ministrada em, pelo menos, um oitavo (1/8) das horas de trabalho fixadas, como duração mínima, para cada curso de licenciatura. Essas disposições tiveram vigência a partir do ano letivo de 1970, revogadas as disposições em contrário.

Esse currículo estabelecido pela Resolução n° 9, de 10 de outubro de 1969, representou um marco decisivo para a implantação de cursos de Licenciatura em Letras e influenciou os projetos pedagógicos desses cursos até o momento presente, pois ainda

hoje há muita dificuldade em se pensar numa organização curricular diferenciada que não seja baseada apenas num conjunto de disciplinas a serem ministradas.

Apesar da Resolução de 1969 ter estabelecido a obrigatoriedade em relação à prática de ensino das matérias que seriam objeto de habilitação profissional sob a forma de estágio supervisionado, durante algum tempo era rara a Instituição Educativa que se preocupava com a formação profissional do futuro professor de letras.

Na maioria das Instituições que se dedicavam a ministrar cursos de licenciatura em Letras, a formação do professor de língua portuguesa ficava a cargo de pedagogos sem nenhuma qualificação específica para a área de Letras. Os conteúdos das práticas de ensino geralmente exibiam o mesmo formato das demais áreas, não importando se a licenciatura era em línguas ou em outro campo de conhecimento, tal como: matemática, geografia, história, física, etc.

3. O curso de Letras após a lei 9.394/96

A qualidade dos cursos de licenciatura foi uma das preocupações da LDB de 1996, à medida que extinguiu a obrigatoriedade de currículos mínimos, permitindo o surgimento de diretrizes curriculares com base nos seguintes princípios básicos:

- Assegurar às instituições de ensino superior maior liberdade em relação à composição da carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos, assim como em relação à especificação das unidades de estudos a serem ministradas;
- Indicar os tópicos ou campos de estudo e demais experiências de ensino-aprendizagem que deveriam compor os currículos, evitando com isso a fixação de conteúdos específicos com cargas horárias pré-determinadas, as quais não poderiam exceder 50% da carga horária total dos cursos;
- Evitar o prolongamento desnecessário da duração dos cursos de graduação;
- Incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios advindos do exercício profissional e da produção do conhecimento, permitindo variados tipos de formação e de habilitações diferenciadas em um mesmo programa de estudos;
- Estimular práticas de estudo independentes, visando a uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno;
- Encorajar o aproveitamento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar, inclusive aquelas que se referem à experiência profissional considerada relevante para a área de formação considerada;
- Fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão, as quais poderão ser incluídas como parte da carga horária prevista;
- Incluir orientações para a condução de avaliações periódicas que utilizem instrumentos variados e sirvam para informar a docentes e a discentes acerca do desenvolvimento das atividades didáticas.

Já entre os objetivos e metas propostos na LDB de 1996, podem-se destacar os seguintes:

- Possibilitar maior autonomia às IES quanto à definição dos currículos de seus cursos, a partir da explicitação das competências e as habilidades que se propõem a fomentar, por meio de um modelo pedagógico que se adapte à dinâmica das demandas da sociedade;

- Propor uma carga horária mínima em horas que permita a flexibilização do tempo de duração do curso de acordo com a disponibilidade e esforço do aluno;
- Otimizar a estruturação modular dos cursos que possibilite um melhor aproveitamento dos conteúdos ministrados, bem como a ampliação da diversidade da organização de cursos, integrando a oferta de cursos sequenciais, previstos no inciso I do artigo 44 da LDB;
- Contemplar orientações para as atividades de estágio e demais atividades que integrem o saber acadêmico à prática profissional, incentivando o reconhecimento de habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar;
- Contribuir para a inovação e a qualidade do projeto pedagógico do ensino de graduação, norteando os instrumentos de avaliação.

Mediante tais determinações, as Diretrizes para o curso de Letras, aprovadas em 03 de abril de 2001, afirmam que os cursos de graduação em Letras devem basear-se cada vez mais em estruturas flexíveis que possibilitem ao futuro profissional múltiplas opções tanto de conhecimentos relativos a essa área de estudos como de atuação no mercado de trabalho.

Além disso, devem criar oportunidades para o desenvolvimento de habilidades necessárias para que o futuro profissional possa atingir a competência desejada no desempenho profissional, priorizando uma abordagem pedagógica centrada no desenvolvimento da autonomia do aluno.

Devem ainda promover uma articulação constante entre ensino, pesquisa e extensão, além de buscar sempre que possível uma articulação direta com a pós-graduação, propiciando o exercício da autonomia universitária. Para tanto, ficam a cargo da Instituição de Ensino Superior algumas definições tais como: perfil profissional, carga horária, atividades curriculares básicas, complementares e de estágio.

A partir dessas diretrizes, o currículo do Curso de Graduação em Letras deixou de ter como foco apenas as disciplinas a ser ministradas e passou a ser entendido como um conjunto de atividades acadêmicas que integram um curso. E os professores responsáveis por esses cursos passaram a ter um duplo papel, pois além de serem responsáveis pelo ensino dos conteúdos relacionados a esse campo, passaram a desempenhar também o papel de orientador, influenciando na qualidade da formação do aluno.

Diante de tais diretrizes, a formação do professor de língua portuguesa deve promover, entre outras competências e habilidades, os seguintes aspectos:

- o domínio dos conteúdos básicos que são objeto dos processos de ensino e de aprendizagem no ensino fundamental e médio;
- o domínio dos métodos e técnicas pedagógicas que permitam a transposição dos conhecimentos aprendidos no curso universitário para os diferentes níveis de ensino nos quais os futuros professores irão atuar;
- a capacidade de resolver problemas, tomar decisões, trabalhar em equipe e de comunicar-se dentro da multidisciplinaridade dos diversos saberes que compõem a formação universitária em Letras.

Quanto aos conteúdos, as diretrizes enfatizam que os estudos linguísticos e literários devem fundamentar-se na percepção da língua e da literatura como prática social e como forma mais elaborada de manifestações culturais. Destacam, outrossim, que no caso das licenciaturas, devem ser incluídos os conteúdos definidos para a educação básica, as didáticas próprias de cada conteúdo e as principais pesquisas que as fundamenta.

Tais diretrizes foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), em 18 de fevereiro de 2002, e, no dia seguinte, foi aprovada a Resolução que instituiu a duração e a carga horária desses cursos. A carga horária estipulada para as licenciaturas, de acordo com a resolução Nº 1 de 18/02/2002, foi de 2800 horas, englobando 400 horas de prática; 400 de estágio curricular supervisionado; 1800 horas de aulas para o desenvolvimento dos conteúdos curriculares de natureza científico-cultural; e 200 horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais.

Entre os diversos aspectos apontados pelas Diretrizes que influenciaram o desenvolvimento dos cursos de Licenciatura em Letras, citam-se os seguintes:

- o preparo dos futuros professores para o uso de tecnologias da informação e para o desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho em equipe;
- a orientação da aprendizagem para a resolução de situações-problema como uma das estratégias didáticas privilegiadas;
- a pesquisa com foco no processo de ensino e de aprendizagem;
- a previsão de um eixo articulador entre a formação comum e a formação específica e entre as dimensões teóricas e práticas;
- a previsão de um sistema de oferta de formação continuada e um estágio curricular articulado com o restante do curso.

Uma iniciativa do MEC que contribuiu para alterar o perfil dos cursos de graduação foi a Portaria nº 2.253, de 18 de outubro de 2001, ao prever que as instituições de ensino superior do sistema federal de ensino poderiam introduzir na organização pedagógica e curricular de seus cursos a oferta de disciplinas que, em seu todo ou em parte, utilizassem método não presencial, com base no art. 81 da Lei nº 9.394, de 1996. Entretanto, tais disciplinas não poderiam exceder a vinte por cento do tempo previsto para integralização do respectivo currículo. A partir de 2001, a maioria das IES ligadas ao MEC passaram a introduzir a oferta de disciplinas não presenciais.

4. Aa contribuição do Conselho Estadual de Educação de São Paulo

Com vistas à complementação das diretrizes curriculares das licenciaturas para o 2º ciclo do Ensino Fundamental e Ensino Médio, o Conselho Estadual de Educação de São Paulo, por meio da Indicação CEE nº 78/2008, propôs uma organização curricular com base nos seguintes blocos:

- **Bloco de complementação da formação geral:** prevê o desenvolvimento de competências básicas em Língua Portuguesa, o uso de estatísticas e a análise de indicadores educacionais;
- **Bloco Didático:** propõe uma análise reflexiva dos conteúdos e diretrizes curriculares das disciplinas que serão objeto da futura atuação docente no 2º ciclo do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, bem como a elaboração de práticas pedagógicas adequadas à transmissão dos diversos conteúdos curriculares;
- **Bloco de apoio às atividades profissionais:** prioriza os estudos de psicologia da adolescência, dos processos de avaliação, da organização e problemas do ensino e os da integração entre a disciplina específica e demais componentes da estrutura curricular.

Tal organização tem sido adotada gradualmente pelas diversas IES do Estado de São Paulo, que recebem orientação didático-pedagógica do Conselho Estadual de Educação.

5. Quais são os impasses enfrentados pelos professores?

Com a finalidade de investigar os impasses enfrentados pelos Cursos de Licenciatura em Letras com relação à formação inicial de professores do 2º ciclo do Ensino Fundamental e do Ensino Médio aptos a enfrentar as exigências que hoje se colocam, foram entrevistados 20 professores que ministram disciplinas relacionadas à língua portuguesa em escolas públicas. A amostra constou de 12 mulheres e 8 homens com idade compreendida entre 24 e 28 anos, sendo 50% oriundos de Instituições públicas e 50% oriundos de Instituições privadas, todos residentes na cidade de São Paulo. Todos se formaram há apenas dois anos e lecionam em escolas públicas. Entre os desafios impasses apontados pelos professores da amostra, destacam-se os seguintes:

- A maioria absoluta dos sujeitos apontou a existência de uma **dicotomia acentuada** entre a preparação pedagógica que lhes foi fornecida nos cursos de Licenciatura, o estudo das disciplinas específicas do bacharelado e os conteúdos a serem ensinados posteriormente aos alunos do 2º ciclo do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Assim, a grande maioria dos professores responsáveis pelo desenvolvimento das matérias pedagógicas das Instituições de Ensino Superior (IES), formados em Cursos de Pedagogia, quase sempre desconhecem os conteúdos específicos de Língua Portuguesa que os futuros professores irão ministrar. E os professores das disciplinas específicas do Bacharelado também desconhecem a programação curricular do Ensino Fundamental e Médio, bem como os diversos conteúdos que os alunos deverão aprender nesses níveis de ensino;
- Os docentes entrevistados revelam que, de modo geral, apresentam facilidade em dominar os diversos conteúdos a serem ensinados aos seus alunos do 2º ciclo do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Não obstante, manifestam insegurança para tornar esses conteúdos acessíveis ao nível de desenvolvimento de seus alunos;
- De acordo com a amostra, são poucos os professores dos Cursos de Graduação na área de Letras que se envolvem com a **formação docente**. Apesar de a grande maioria desses cursos serem de licenciatura, a vocação do corpo docente da área de Letras continua muito mais voltada para um perfil de bacharelado, pois poucos são os docentes das IES interessados em questões de ensino/aprendizagem;
- À medida que não é ensinado aos futuros professores durante o curso de graduação nas IES como poderão fazer a **transposição** entre o que aprendem na licenciatura e nas disciplinas específicas do bacharelado com os conteúdos a serem ensinados no Ensino Fundamental e Médio, os professores recém-formados não se sentem confiantes para adaptar tais conteúdos à realidade dos alunos.
- Apesar de terem aprendido conteúdos relativos à área de língua portuguesa e à área de pedagogia, a maioria dos professores declarou que não sabe entrelaçar tais conteúdos nem sabe aproveitar-se deles para ministrar aulas competentes, ancoradas na realidade dos alunos. Os professores declararam ainda que não se sentem confiantes para desenvolver assuntos relacionados aos **temas transversais**, o que lhes exigiria uma formação interdisciplinar;
- O **perfil sócio-econômico** dos alunos que escolhem o Magistério mudou nos últimos anos, pois a maioria deles pertence a famílias das classes C e D. Essa mudança de perfil acarretou implicações para os cursos de Licenciatura, pois estão tendo que lidar com um novo background cultural de estudantes. A maioria desses alunos, provenientes dos sistemas públicos, apresentam

grandes dificuldades na leitura, escrita, aritmética e compreensão de textos, como demonstram os resultados do Exame Nacional de Ensino Médio nos últimos anos. Mesmo nos Cursos de Licenciatura em Letras, encontram-se alunos com muitas dificuldades na leitura e escrita. Apesar dessa constatação, nada está sendo feito para sanar tais dificuldades, nem nas Instituições públicas, nem nas particulares;

- De acordo com a maioria da amostra, os currículos dos cursos de licenciatura em letras são organizados em torno de disciplinas estanques que não apresentam coerência entre os objetivos propostos e o perfil do egresso. As ementas e programas se escoram em bibliografias desatualizadas, a teoria não dialoga com a prática e a metodologia é ainda centrada no professor, dentro do modelo mais tradicional de transmissão de conhecimentos;
- Da mesma forma, os projetos de estágio seguem o modelo tradicional de observação e regência sem utilização de tecnologias de informação e comunicação, sem articulação com projetos de educação continuada, sem orientação e acompanhamento sistemáticos;
- Em relação às atividades de pesquisa, houve diferenças entre os professores que se formaram nas instituições públicas e nas privadas. Enquanto os primeiros participaram de programas consolidados de iniciação científica e de monitoria, os segundos declararam que tais programas foram desenvolvidos sem continuidade e sem a orientação devida;
- Em relação à utilização de bibliotecas, também houve diferença entre os professores que se formaram em Instituições públicas e privadas. Enquanto os primeiros declararam que contaram com um bom acervo para consulta e estudo, os segundos se queixaram de que esse acervo foi quase sempre insuficiente, tanto em títulos quanto em número de exemplares (na proporção de um exemplar para cada 10 alunos matriculados) e o número de assinaturas de periódicos não atendeu à proposta pedagógica do curso.

Conclusões

A formação de docentes para o segundo ciclo do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio tem sido realizada em cursos de graduação (bacharelado), onde se percebe uma nítida dicotomia entre o estudo das disciplinas específicas e a devida preparação pedagógica, conhecida como a fórmula 3+1.

Apesar da abertura propiciada pela LDB de 1996, percebe-se ainda muita resistência para se pensar em licenciaturas multidisciplinares que possibilitem habilitações múltiplas, bem como num currículo do Ensino Fundamental mais interdisciplinar e integrado.

Outro ponto a ser considerado é o estágio supervisionado. Uma proposta de estágio que almeje uma boa formação profissional pode, além de incluir as atividades já tradicionais, contemplar a preparação e a pilotagem de material didático para engajar o estagiário em atividades extra-curriculares, tais como: classes de aceleração, oficinas de redação, clubes de leitura, clubes de conversação em línguas estrangeiras, auxílio na avaliação de alunos e reflexão sobre a cultura da sala de aula.

Outras atividades relevantes são projetos de pesquisas em forma de estudos de caso, pesquisa-ação e projetos de educação continuada, nos quais estagiários e professores estabelecem parcerias para que, juntos, os primeiros se formem e os segundos garantam sua qualificação continuada.

Constata-se que os cursos voltados para a formação de professores da Educação Básica precisam adaptar-se às novas exigências ocasionadas pelas transformações sociais ocorridas principalmente nos últimos vinte e cinco anos. Entre elas, é preciso destacar o perfil dos alunos que buscam tais cursos, já que a maioria deles traz consigo limitações oriundas de uma educação básica falha, que os leva a cometer erros crassos de ortografia, a ter dificuldade na compreensão de textos e a desconhecer os conceitos científicos imprescindíveis.

Tais aspectos não podem continuar a ser ignorados pelos cursos de formação de professores, pois se queremos formar profissionais competentes, é necessário em primeiro lugar enfrentar tais deficiências com vistas a complementar essa formação anterior.

Por outro lado, os cursos de licenciatura tendem a valorizar a teoria e a menosprezar a prática de sala de aula, principalmente a prática relativa aos estágios. O trabalho do professor em sala de aula é deixado de lado, em função do ensino de teorias pedagógicas muitas vezes ultrapassadas e sem nenhuma contribuição efetiva à atuação docente.

Além disso, há nos cursos de formação de docentes uma falta de conexão entre os ensinamentos pedagógicos e os conteúdos das disciplinas específicas. Portanto, quem cursa a área de química, em geral aprende química e aprende pedagogia, mas não aprende a fazer a ponte entre ambas, não aprende a unir as duas áreas para ministrar aulas de modo competente. O mesmo acontece na área de Letras.

Portanto, os impasses que atualmente se colocam para os cursos de licenciatura em Letras podem ser sintetizados nos seguintes: o caráter excessivamente teórico dos cursos de formação de professores, a falta de integração entre os ensinamentos pedagógicos e os conteúdos específicos a serem ensinados aos alunos do Ensino Fundamental e Médio, o menosprezo atribuído aos estágios e a falta de prestígio que a própria academia dedica à área de formação de professores, demonstrando pouco interesse em criar cursos de formação docente competentes e eficazes.

Com o intuito de enfrentar tais desafios, é fundamental direcionar os diversos cursos de formação de professores para a realidade da sala de aula, sem atribuir tanta ênfase à teoria em detrimento da prática.

Além disso, é preciso aperfeiçoar a relação entre o conteúdo a ser transmitido e a didática a ser utilizada, transformando os conhecimentos em práticas escolares.

Os estágios, por sua vez, devem ser considerados como um dos elementos fundamentais do processo de aprendizagem e os cursos de formação de professores precisam assumir dentro das Universidades status e prestígio à medida que a sociedade reconheça sua importância para a busca de uma educação com mais qualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Deliberação CEE nº 78/2008 (Normas complementares para a formação dos profissionais docentes em cursos de licenciatura para a educação básica vinculados ao sistema estadual e ressalvada a autonomia universitária)

Diretrizes curriculares para os cursos de graduação.
<http://www.mec.gov.br/SESU/diretriz.shtm>

ESTEVE, J. M. Mudanças Sociais e Função docente. In: NOVOA, A. **Profissão Professor**. Porto: Porto, 1995 (p 95 a 122)

Lei de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. www.mec.gov.br/home/ftp/LDB.doc

Parecer Federal 283, de Valmir Chagas, 1062

Resolução CNE/CP 1/2002 Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. <http://www.mec.gov.br/cne/pdf/CP012002.pdf>

Resolução CNE/CP 2/2002 Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. <http://www.mec.gov.br/cne/pdf/CP022002.pdf>

Recebido para publicação em 02-08-12; aceito em 11-09-12